Uso público e percepção do visitante: a experiência de uma parceria público-comunitária no PNM Alto Rio do Tanque (Minas Gerais)

Public use and visitor perception: the experience of a public-community partnership in the Alto Rio do Tanque Park (Minas Gerais)

RESUMO: As parcerias em unidades de conservação (UC) no Brasil têm sido estabelecidas por meio de diferentes instrumentos jurídicos, destacando-se as concessões via parcerias público-privadas, especialmente em parques nacionais e estaduais. Essa estratégia é justificada pelas limitações institucionais e orçamentárias dos órgãos gestores, pela necessidade de investimentos em infraestrutura e pela busca por eficiência na gestão do uso público. No entanto, críticas têm emergido quanto à elitização do acesso, fragilização da governança e desconsideração de territorialidades tradicionais. Nesse contexto, surge o conceito de Parcerias Público-Comunitárias, que propõem a valorização de arranjos institucionais ancorados no protagonismo de coletivos locais, associações e organizações da sociedade civil. Com base nisso, o artigo teve como objetivo analisar uma experiência de parceria público-comunitária no Parque Natural Municipal (PNM) Alto Rio do Tanque, localizado em Itabira (MG), envolvendo uma OSC fundada por moradores da Comunidade Serra dos Alves. A pesquisa, de natureza exploratória e descritiva, adotou abordagem quali-quantitativa e participante, com base em dados primários e secundários. Os dados quantitativos foram obtidos por meio do monitoramento da visitação e de avaliações aplicadas aos visitantes entre setembro de 2022 a março de 2025. Nesse período, o parque recebeu 25.268 visitantes. A média diária foi de 26,8 visitantes. A principal motivação da visita foi o lazer individual. A avaliação da recepção foi amplamente positiva e indicando alta probabilidade de recomendar o parque a terceiros. A atuação do Instituto Bromélia fortaleceu o pertencimento comunitário, a conservação ambiental e a valorização cultural local, destacando a relevância das parcerias público-comunitárias como alternativa democrática e inclusiva na gestão de áreas protegidas. O Instituto foi reconhecido por boa parte dos participantes da pesquisa, como órgão gestor da UC. No entanto, há lacunas em relação à gestão do uso público e oportunidades de melhoria.
PALAVRAS CHAVE: Uso público; Parceria Público-comunitária; PNM Alto Rio do Tanque; Visitantes.

ABSTRACT: Partnerships in Protected Areas in Brazil have been established through different legal instruments, particularly concessions via public-private partnerships, especially in national and state parks. This strategy is justified by the institutional and budgetary limitations of management bodies, the need for investment in infrastructure and the search for efficiency in the management of public use. However, criticism has emerged regarding the elitization of access, the weakening of governance and the disregard for traditional territorialities. In

this context, the concept of Public-Community Partnerships has emerged, proposing the valorization of institutional arrangements anchored in the protagonism of local collectives, associations and civil society organizations. Based on this, the article aims to analyze a public-community partnership experience in the Alto Rio do Tanque Municipal Natural Park, located in Itabira, Minas Gerais, involving a CSO founded by residents of the Serra dos Alves Community. The research, exploratory and descriptive in nature, adopted a qualitative-quantitative and participatory approach, based on primary and secondary data. Quantitative data was obtained by monitoring visitation and visitor evaluations between September 2022 and March 2025. During this period, the park received 25,268 visitors. The daily average was 26.8 visitors. The main reason for visiting was individual leisure. The evaluation of the reception was largely positive and indicated a high probability of recommending the park to others. The work of the Bromélia Institute has strengthened community belonging, environmental conservation and local cultural appreciation, highlighting the importance of public-community partnerships as a democratic and inclusive alternative in the management of protected areas. The Institute was recognized by most of the survey participants as the UC's management body. However, there are gaps in public use management and opportunities for improvement.
KEYWORDS: Public use; Public-community partnership; PNM Alto Rio do Tanque; Visitors.

Introdução

O uso público de Unidades de Conservação (UC) representa uma ferramenta estratégica não apenas para a valorização dos serviços ecossistêmicos culturais, mas também para a promoção do direito constitucional ao meio ambiente. No contexto brasileiro, o fortalecimento da visitação e da gestão compartilhada de unidades de conservação ganha destaque frente aos desafios institucionais e à necessidade de inclusão social e territorial, demandadas pela Constituição Federal (Brasil, 1988).

No Brasil, as parcerias em Unidades de Conservação se efetivam a partir de instrumentos como as concessões, as autorizações as permissões, os termos de colaboração, os termos de fomento e os acordos de cooperação. As concessões mediante parceria público-privado têm se destacado como o instrumento mais utilizado, sobretudo nos parques nacionais e estaduais (Sancho-Pivoto *et al.*, 2022). Nesse sentido, as parcerias público-comunitárias surgem como um arranjo alternativo que envolve o protagonismo de comunidades locais e organizações da sociedade civil (Rodrigues; Botelho, 2022).

Nesse contexto, o presente artigo versa sobre a experiência do Parque Natural Municipal (PNM) Alto Rio do Tanque, localizado em Itabira (Minas Gerais), onde uma parceria público-comunitária firmada entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Instituto Bromélia viabilizou o ordenamento da visitação pública e ações de educação ambiental. De forma mais especifica, o objetivo da pesquisa foi avaliar o uso público e a percepção dos visitantes do PNM Alto Rio do Tanque após início da gestão

por uma Organização da Sociedade Civil (OSC). Para isso, a pesquisa utilizou uma abordagem mista, ancorada na pesquisa participante, com observação direta e aplicação de questionário com os visitantes, todos os dias, entre setembro de 2022 e março de 2025.

Assim, a seguir, apresenta-se o referencial teórico. Em seguida, tem-se os materiais e métodos, a contextualização do PNM Alto Rio do Tanque e da parceria supracitada. Após, tem-se os resultados e discussões e, por fim, as considerações finais.

Uso público em unidades de conservação

As unidades de conservação (UC) são espaços territoriais sob regime especial de administração, com características naturais relevantes, limites definidos, e destinados à conservação da natureza (Brasil, 2000). O estabelecimento de áreas protegidas, incluindo as UC, está entre as principais estratégias para conter a rápida perda de biodiversidade global.

Diferentes usos e usuários se entrelaçam à UC e suas zonas de amortecimento, principalmente naquelas de Uso Sustentável, como Reservas Extrativistas, Áreas de Proteção Ambiental e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Os usos diretos envolvem coleta e uso, comercial ou não, dos bens naturais, como frutos, sementes, madeira e outros. Já os usos indiretos não envolvem a coleta e comercialização desses insumos, mas o usufruto do espaço e de seus ativos como, por exemplo, a partir de atividades de educação ambiental, de lazer e turismo (Brasil, 2000).

Considerando as diferentes categorias de unidade de conservação brasileiras que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os parques (Nacional, Estadual ou Natural Municipal) são os mais populares para a prática de lazer e turismo e, sobre eles, recaí maior atenção em relação ao uso recreativo e turístico (Vallejos, 2013). Estando essas atividades, inclusive, contempladas no objetivo de criação dessas áreas (Brasil, 2000). Para garantir o objetivo central dos parques (preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica), a visitação pública (recreação, educação, interpretação ambiental e ecoturismo) deve estar sujeita a normas e restrições.

A visitação pública tem sua relevância ao possibilitar o usufruto dos serviços ecossistêmicos culturais (Liu *et al*., 2012) e promover o direito constitucional à natureza (Brasil, 1988). Sobre isso, Vallejos (2013) destaca a fuga do cotidiano como um dos principais motivos que estimulam pessoas a fazer contato com as áreas naturais e aponta para benefícios da prática, incluindo relaxamento físico, mental, benefícios à saúde. Além disso, a visitação promove a valorização da natureza e eventual engajamento social com as áreas protegidas. Sobre esse assunto, cabe destacar que o termo “visitante” tem sido vinculado mais fortemente ao turista/excursionista e não à população local que exerce ou exercia, nesses territórios, práticas sociais

cotidianas de lazer, religiosidade, de encontro e de desfrute sociocultural (Sancho-Pivoto *et al*., 2022).

Desde a perspectiva da gestão, a visitação pública financia despesas da UC e contribui para o financiamento da UC e da política ambiental (Liu *et al*., 2012; Whitelaw; King; Tolkach, 2014; Barros; Leuzinger, 2021), quando da cobrança de ingressos e de outras atividades no interior das UC. Outrossim, o movimento turístico contribui de forma indireta na renda das famílias na UC e suas adjacências, além de promover a inclusão de grupos vulneráveis como mulheres e comunidades étnicas (Liu *et al*., 2012). Em um estudo realizado pelo ICMBIO, verificou-se que, em 2018, para cada Real investido no órgão, quinze reais retornaram para a economia nacional oriundos dos gastos em viagens para visitar as UC Federais (Souza; Simões, 2019).

Por outro lado, o turismo também gera impactos ambientais e socioeconômicos negativos significativos, além da falta de envolvimento da comunidade local, o que é considerada uma das principais razões por trás de tais fracassos (Liu *et al*., 2012). Após um levantamento em dezenas de artigos científicos, Thapa *et al*. (2022) concluíram que a maioria dos benefícios às comunidades são os econômicos, enquanto a maioria dos custos são socioculturais. Além disso, os autores verificaram que os benefícios foram mais frequentemente vivenciados individualmente e os impactos negativos, por outro lado, são vivenciados principalmente nos níveis coletivo ou comunitário.

Inobstante, a gestão e a operacionalização do uso público, incluindo a visitação, se constitui como um dos principais desafios no âmbito das áreas protegidas. Nesse contexto, as parcerias se destacam como uma estratégia para viabilizar o uso público nestas áreas (Sancho-Pivoto *et al*., 2022), especialmente aquelas que envolvem as comunidades locais, dando voz, poder de decisão, renda e promovendo a permanência dos nativos e o fortalecimento territorial.

Parcerias em unidades de conservação no Brasil

As parcerias em Unidades de Conservação no Brasil se efetivam a partir de diferentes instrumentos, como as concessões, as autorizações as permissões, os termos de colaboração, os termos de fomento e os acordos de cooperação. Porém, as concessões mediante parceria público-privado têm se destacado como o instrumento mais utilizado, sobretudo nos parques nacionais e estaduais (Sancho-Pivoto *et al.*, 2022).

Dentre as justificativas que embasam os argumentos favoráveis à participação da iniciativa privada no uso público em áreas protegidas estão as limitações institucionais, orçamentárias, humanas e técnicas dos órgãos gestores; a necessidade de o Estado concentrar esforços e investimentos em atividades como fiscalização e conservação ambiental; a oportunidade

de atuação de agentes privados com conhecimentos e técnicas necessários para a prestação desses serviços; e maior investimento em termos de infraestrutura e serviços (Botelho; Raimundo, 2023).

Embora essa modalidade de parceria seja vista como um dos caminhos possíveis para fortalecer a gestão das áreas protegidas (OPAP, 2020), alguns estudiosos têm apontado aspectos críticos em relação à delegação de serviços à iniciativa privada, especialmente através das concessões, incluindo a fragilização da governança e a elitização do uso turístico a partir da cobrança de ingresso ou aumento do seu valor (Botelho; Raimundo, 2023). Exemplo disso, pode ser visualizado nos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, cujo valor do ingresso passou por revisão devido ao alto custo e consequente diminuição da demanda das UC (A FOLHA TORRES, 2024). Outros casos podem ser citados, como o Parque Estadual de Vila Velha, cujo ingresso (inteiro) custa R$138,00 (VILA VELHA, s. d.).

Essas condições são vistas por Sancho-Pivoto *et al*. (2022) como "barreiras ao uso e a apropriação pelo mercado de turismo", comprometendo e, por vezes, inviabilizando o exercício e a prática de territorialidade tradicionais e o usufruto do bem público pela sociedade.

Por essas e outras razões, faz-se mister ampliar as possibilidades e valorizar os outros caminhos possíveis, como arranjos institucionais voltados à gestão e operacionalização dos serviços turísticos e de apoio ao lazer e ao turismo nas unidades de conservação brasileiras, como coletivos locais, associações e cooperativas, redes e outras formas de organização coletiva local (Botelho; Raimundo, 2023), as chamadas Parcerias Público-Comunitárias (Rodrigues; Botelho, 2022; Botelho; Raimundo, 2023). Esses arranjos podem ser descritos como:

> conjunto de iniciativas que envolvem o protagonismo de comunidades locais e organizações da sociedade civil, a fim de apoiar o turismo, o lazer e a conservação em áreas protegidas, colaborando também para a garantia de direitos sociais, a valorização de identidades culturais e a diversificação de alternativas socioeconômicas locais (Rodrigues; Botelho, 2022, p. 334).

As parcerias público-comunitárias podem representar uma nova perspectiva para apoiar o lazer e o turismo em áreas protegidas, embasada em valores democráticos, no engajamento social e na garantia dos direitos ao território (Botelho; Raimundo, 2023), enaltecendo o "direito de fala" dos atores sociais locais (Pinto; Moura, 2023).

Assim como destacado pelo Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP), as parcerias devem aprofundar o debate sobre inclusão social no contexto do turismo local, "que não se resume, obviamente, ao envolvimento da população apenas por meio de indicadores quantitativos de geração de emprego e renda" (OPAP, 2020, p. 436). Nesse contexto, Moura,

Oliveira e Soares (2024) destacam a importância das comunidades se organizarem juridicamente para firmar acordos para o desenvolvimento de seus territórios, captar recursos em editais de fomentos ou submeter projetos para captação de recursos. Arranjos como esses são

> experiências embrionárias ou descontínuas, mas que merecem ser pensadas, não como modelos, mas como formas possíveis de organização comunitária, que em seus processos de negociação interna e com agentes externos, classificam os 'comuns' da coletividade e as formas de seus usos" (Botelho; Raimundo, 2023, p. 37).

Uma experiências precursora no que se refere a parcerias público-comunitárias em áreas protegidas municipais tem sido desenvolvida no Parque Natural Municipal Alto Rio do Tanque, conforme apresentado a seguir.

Materiais e Métodos

A presente pesquisa tem caráter misto (quali-quantitativo), exploratório e descritivo. A investigação foi estimulada pela existência de um banco de dados a respeito da visitação pública no PNM Alto Rio do Tanque. O monitoramento dos visitantes do PNM Alto Rio do Tanque teve início em setembro de 2022, seguindo as propostas de seu Programa de Monitoramento da Visitação (Moura, 2022), conforme orientações apresentados na IN 5/2018 (ICMBIO, 2018). Neste documento há as instruções para contagem dos visitantes, que é realizada por meio da assinatura de um responsável, dentro de um grupo de pessoas, do Termo de Reconhecimento de Risco (TRR). O TRR apresenta aos visitantes as normas da unidade de conservação e contabiliza o número de visitantes do PNM Alto Rio do Tanque. No final de cada dia é realizado o somatório do número de pessoas informadas pelos responsáveis que preencheram os TRR para, dessa maneira, conhecer o número total de visitantes/dia.

Ao finalizarem a visita, de maneira aleatória, alguns pessoas foram convidadas a participar de uma avaliação pessoal para uma breve caracterização do público, com perguntas a respeito da idade, gênero, origem, nível de formação e sobre suas experiências na unidade de conservação, que inclui os atrativos mais interessantes, avaliação da recepção, chance de indicar a visita para outras pessoas e conhecimento a respeito da parceria com o Instituto Bromélia. As avaliações eram preenchidas em meio físico ou diretamente no Google Forms, de acordo com o interesse do visitante, podendo ser preenchido no momento ou posteriormente à visita. As avaliações foram aplicadas desde o início das contagem dos visitantes em setembro de 2022 e foram utilizadas neste trabalho as preenchidas até o final de março de 2025.

Cabe destacar que a pesquisa se caracteriza como participante, uma vez que um dos autores se encontra diretamente envolvido com a gestão da UC investigada.

Para dar subsídio à investigação, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental sobre o uso público em unidades de conservação. Além disso, buscou-se descrever o histórico da parceria público-comunitária no parque, tendo como respaldo materiais bibliográficos, documentais e observação direta.

Caracterização da área/objeto de estudo

O Parque Natural Municipal (PNM) Alto Rio do Tanque, criado em 2008, está localizado na comunidade rural de Serra dos Alves, distrito de Senhora do Carmo, a 45 km do núcleo urbano de Itabira (Minas Gerais), a sudeste da Serra do Espinhaço (Gândara *et al*., 2020). Ocupando aproximadamente 240 hectares, a região é dotada de grande beleza cênica, englobando trilhas, cachoeiras, mirantes naturais e atributos paisagísticos com alto potencial turístico (Gândara *et al*., 2020; Moura; Oliveira; Soares, 2024). A paisagem local é composta por vales, serras, montanhas e terrenos com fortes desníveis que formam o vale do rio Tanque, afluente do rio Santo Antônio pertencente à bacia do rio Doce (Pinto; Moura, 2023).

A Comunidade Serra dos Alves possui menos de 80 pessoas residentes (Moura, 2024), sendo o principal acesso ao PNM Alto Rio do Tanque. A comunidade conta com desafios econômicos e sociais, como ocupação e o parcelamento irregular do solo, especulação imobiliária impulsionada por residências secundárias, ausência de tratamento do esgoto, expulsão da população tradicional e fragilização de práticas culturais e costumes (Moura; Oliveira; Soares, 2024). A localização do parque e da comunidade supracitada podem ser observadas na Figura 1.

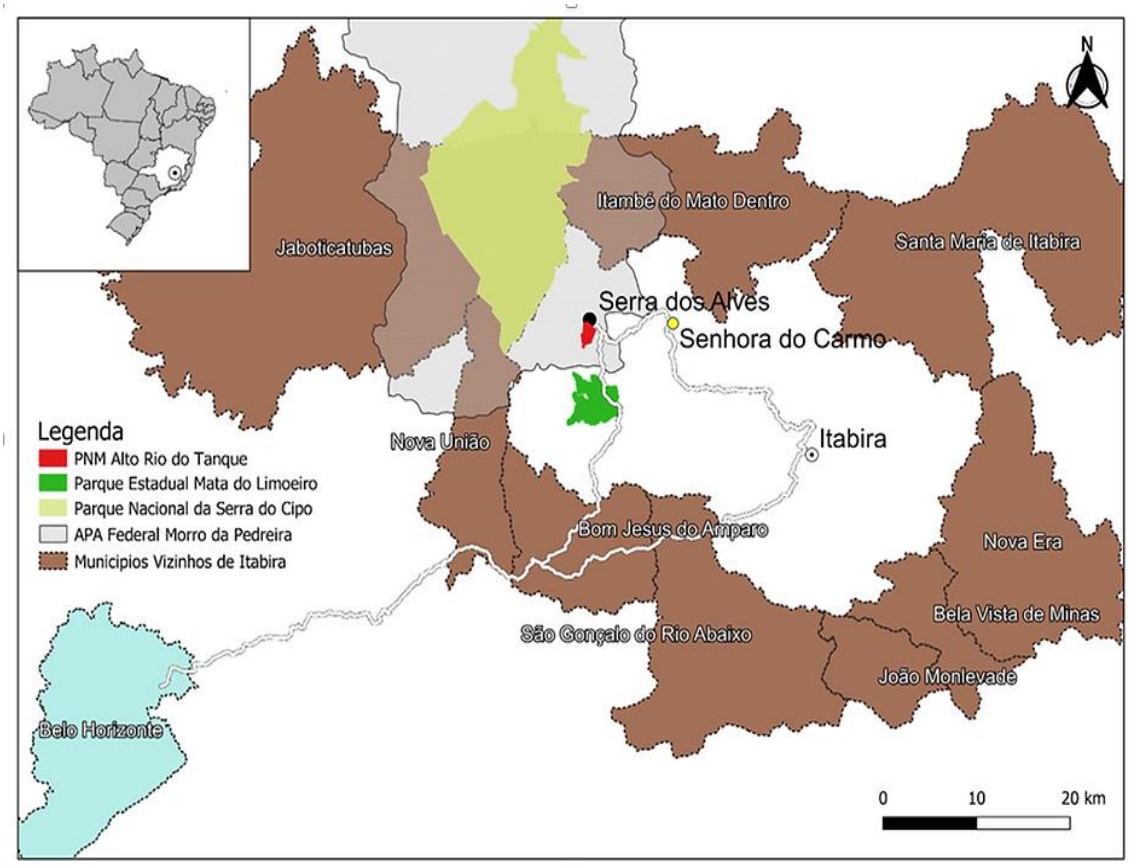


Figura 1: Localização do PNM Alto Rio do Tanque e da Comunidade Serra dos Alves.
Figure 1: Location of the Alto Rio do Tanque Park and the Serra dos Alves Community.
Fonte: Pinto e Moura (2023).
Source: Pinto and Moura (2023).

Embora tenha forte potencial ecoturístico e para o turismo de aventura, a comunidade não observa grandes benefícios oriundos do desenvolvimento turístico local, principalmente no que tange a melhorias nos serviços e na infraestrutura básica (Pinto; Moura, 2023), como transporte, energia, distribuição de água e tratamentos de resíduos e efluentes.

O fato da existência de um escasso equipamento de apoio ao turismo, como restaurantes, hotéis, agências e outros, não permite que haja arrecadação de impostos ou geração de empregos formais. Não há famílias que retirem seu sustento exclusivamente da atividade turística; somente um pequeno número de pessoas que completam sua renda com prestações de serviços, sempre de maneira esporádica (Ferreira; Cordeiro; Calazans, 2019; Pinto; Moura, 2023).

Além disso, durante a elaboração do Plano de Manejo da UC, foi identificado que a falta de sensibilização ambiental dos turistas gerava consequências para o parque e comunidades adjacentes, por isso, uma das principais demandas das comunidades eram projetos de educação ambiental (Gândara *et al*., 2020). Outro aspecto importante é que a sinalização e a disponibilidade de informações nos atrativos turísticos eram consideradas precárias (Gândara *et al*., 2020).

Nesse contexto, surge em 2019 o Instituto Bromélia, uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, fundada por nativos e outros moradores da comunidade supracitada. Atualmente, a OSC conta com 14 envolvidos, dentre funcionários e prestadores de serviços da Serra dos Alves e comunidades limítrofes (Pinto; Moura, 2023). O objetivo da organização é promover práticas participativas de conservação da natureza, da cultura local e do desenvolvimento econômico mais harmônico com a natureza (Moura; Oliveira; Soares, 2024), garantindo a efetivação dos direitos sociais e territoriais da comunidade (Pinto; Moura, 2023).

No que se refere à atuação no PNM Alto Rio do Taques, Moura, Oliveira e Soares (2024) destacam que o Poder Público municipal não atuava no parque e grande parte dos moradores da região sequer tinha conhecimento da existência de uma unidade de conservação na comunidade. Tendo como base esse panorama, em 2021 o Instituto Bromélia propõe um plano de trabalho à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itabira com a finalidade de realizar a gestão e a manutenção do parque. Como resultado, foi firmada uma parceria público-comunitária através de um Termo de Fomento entre o IB e a secretaria, tendo como objeto a "manutenção, recuperação, revitalização e gestão do Parque Natural Municipal do Alto Rio do Tanque" (Moura, 2024; Moura; Oliveira; Soares, 2024). Por meio dessa parceria, o Instituto Bromélia realiza a gestão da UC juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e

> desenvolve ações de educação ambiental, auxilia em pesquisas e fortalece outras atividades no território. Também promove a contratação de mão de obra local, fortalecendo o sentimento de pertencimento dos moradores com a UC e, com isso, permite que esses se mantenham na sua localidade de origem (Moura, 2024, n. p.).

Dentre as ações desenvolvidas tem-se o fortalecimento do senso de pertencimento da comunidade ao território a partir da educação ambiental, valorização do patrimônio cultural e material, turismo sustentável, capacitação e treinamento (Pinto; Moura, 2023; Moura; Oliveira; Soares, 2024). Uma das ações que se destacam em relação ao uso público do PNM Alto Rio do Tanque é o monitoramento de visitantes, iniciado em setembro de 2022. Cabe destacar que o monitoramento é etapa essencial do planejamento e do manejo do uso público em áreas protegidas (Figueira *et al.,* 2023).

Resultados e Discussões

Desde o início da execução do protocolo de contagem o PNM Alto Rio do Tanque esteve aberto para visitação em 943 dias, isso corresponde a todos os dias entre setembro de 2022 a março de 2025. Nesse período, foram registrados 25.268 visitantes, uma média de 26,8 visitantes por dia.

Desses visitantes, 3.118 participaram da avaliação da visita ao parque, equivalente a 12,34% dos visitantes.

Nos últimos quatros meses do ano de 2022 foram contabilizados 1.680 visitantes, uma média de 420 visitantes para cada mês. Em 2023 foi registrado o maior número de visitantes desde o início da contagem - 10.326 pessoas, apresentando uma média de 861 pessoas. Neste ano, cinco meses apresentaram mais de mil visitantes e, em todos eles, houveram ao menos um feriado, merecendo destaque os 1.421 visitantes de fevereiro, no feriado de carnaval. Em 2024, houve diminuição de aproximadamente 12% em comparação com o ano anterior (total de 9.077 e média de 756 visitantes). Já em 2025, nos três primeiros meses do ano, a UC recebeu 4.185 pessoas, sendo o mês de março o recorde mensal de visitantes com 2.211 (Figura 3). Ainda em março de 2025 foram registrados os recordes diários, com 502 visitantes no dia dois e 441 no dia três, período do feriado de carnaval deste ano.

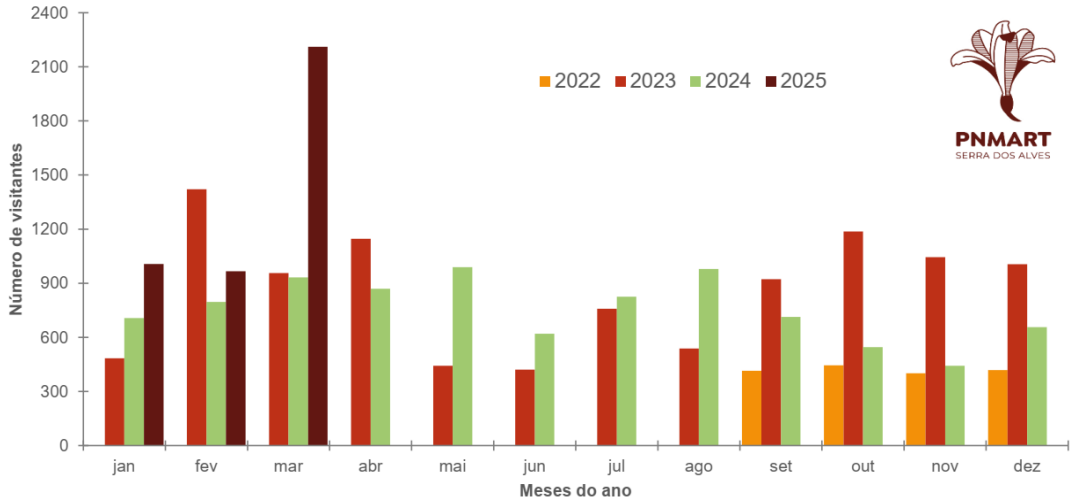


Figure 2: Número de visitantes no PNMART durante o período do estudo.
Figure 2: Number of visitors to PNMART during the study period.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

Por meio de autodeclaração, a maior parte do público que participou da avaliação marcaram a opção como sendo do sexo feminino (55,32%; n= 1.725). A idade não foi informada por 109 participantes, sendo que o avaliador mais novo tinha sete anos de idade e o mais velho, 80.

Em relação à origem dos visitantes, verificou-se que o estado de Minas Gerais se sobressaiu aos demais estados (Figura 3), demonstrando o potencial do turismo regional. Além destes, houveram visitantes de outros países, como Austrália, Irlanda, França e EUA.

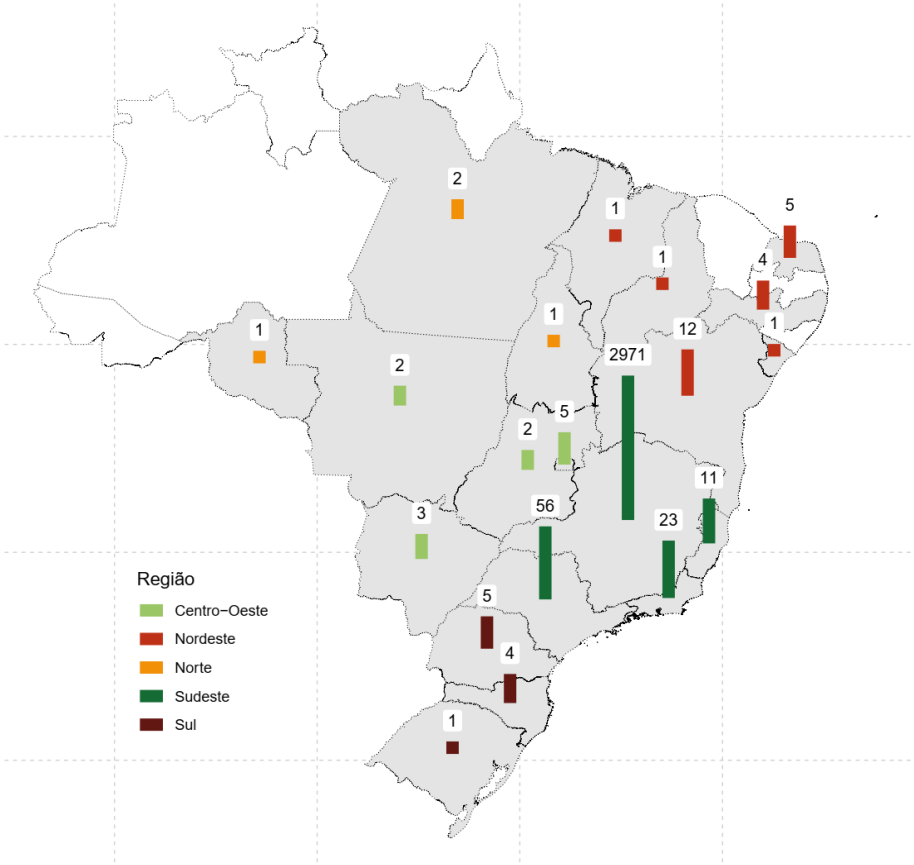


Figure 3: Origem dos respondentes por estado e macrorregião. Estados sem preenchimento cinza não houveram visitantes.
Figure 3: Origin of respondents by state and macro-region. States without gray shading had no visitors.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

Foram reportadas 182 localidades diferentes na avaliação, além das pessoas que deixaram a pergunta em branco (n=7). A grande maioria dos respondentes vieram de municípios ou localidades próximas ao parque, da região metropolitana de Belo Horizonte e do Vale do Aço. As localidades apresentadas na Figura 4 correspondem a 80,98% do total informado na avaliação.

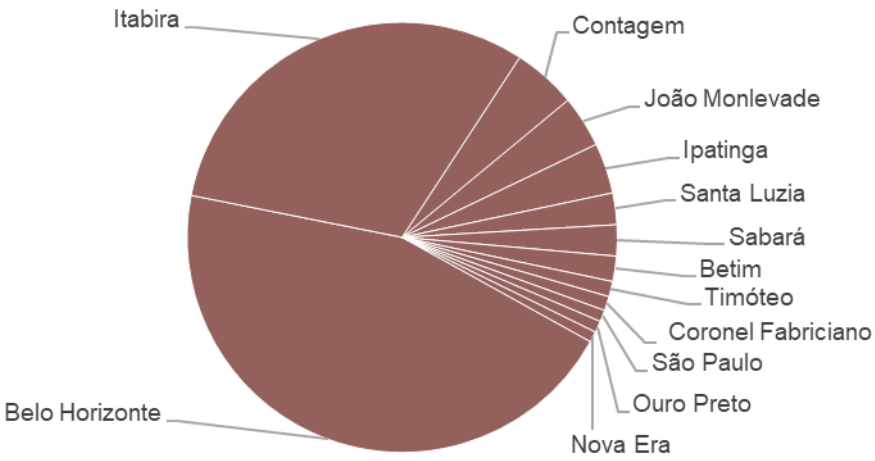


Figura 4: Município de origem da maioria dos visitantes do PNM Alto Rio do Tanque.
Figure 4: Origin of most visitors to the Alto Rio do Tanque Park.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

Observa-se que foram registrados mais visitantes oriundos de Belo Horizonte que do município de Itabira. Isso pode estar relacionada ao fato que o primeiro se caracteriza como uma cidade de grande porte e a tendência de "fuga do cotidiano" e busca por contato com a natureza se intensifica em grandes centros urbanos. Isto é observado em maior peso durante os finais de semanas, quando a comunidade recebe grupos de turistas em vans fretadas para visitar os atrativos naturais da região, que estão também fora dos limites do PNM Alto Rio do Tanque.

Em relação ao grau de escolaridade dos visitantes, mais de 50% possuíam nível superior ou pós-graduação. Apenas 2% possuí o ensino fundamental incompleto (Figura 5). Esses dados vão ao encontro da tendência geral de visitação em áreas protegidas – a de maior procura por indivíduos com ensino superior completo e que, em geral, contam com poder aquisitivo maior, assim como destacado por Figueira *et al.* (2023).

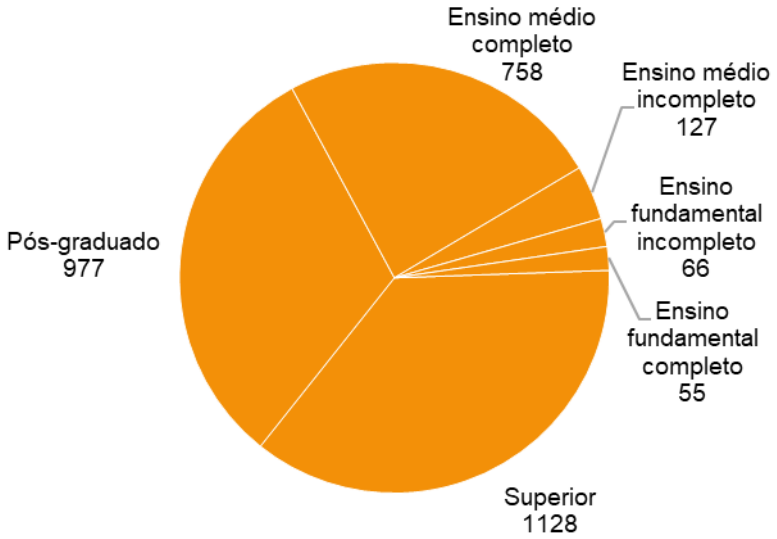


Figura 5: Grau de escolaridade dos visitantes do PNM Alto Rio do Tanque. Sete respondentes não assinalaram a pergunta.
Figure 5: Level of education of visitors to Alto Rio do Tanque Park. Seven respondents did not answer the question.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

No que tange à motivação da visita, a pergunta era fechada, com as opções (i) trabalho (manutenções na área do parque, reuniões e outras atividades de cunho laboral), (ii) pesquisa, (iii) visita escolar ou (iii) lazer. Os visitantes a lazer foram divididos em dois grupos: os que estiveram no parque junto a um grupo excursionista (Grupo de turismo) e os que visitaram por meios próprios (Lazer), sendo esse último o mais representativo entre os avaliadores (Figura 6).

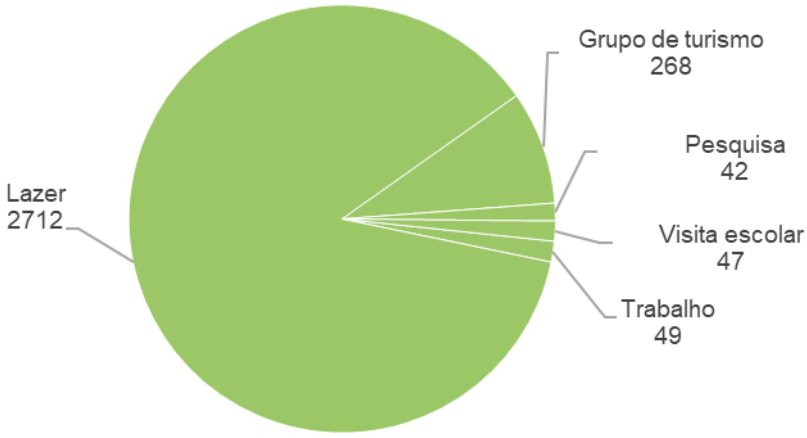


Figura 6: Motivação de visita ao PNM Alto Rio do Tanque.
Figure 6: Motivation for visiting the Alto Rio do Tanque Park.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

O quesito satisfação dos visitantes foi medido tendo como base as orientações recebidas antes da entrada no parque, no que trata das atividades permitidas e proibidas, os atrativos, os riscos e as obrigações dos visitantes. As notas variavam em uma escala de 1 a 5, sendo 5 a nota máxima. A nota máxima foi atribuída por quase 95% dos participantes da pesquisa (Figura 7).

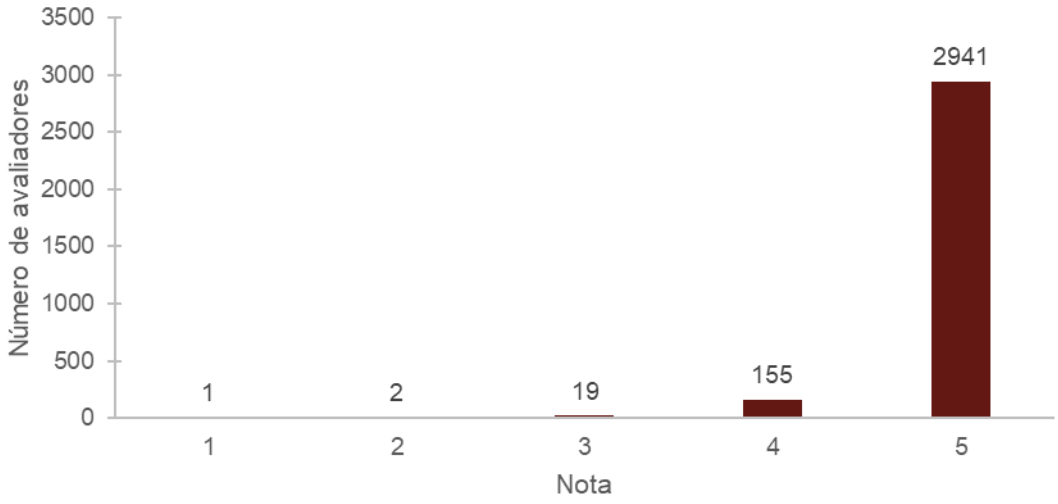


Figura 7: Avaliação da satisfação com a recepção do PNM Alto Rio do Tanque
Figure 7: Evaluation of satisfaction with the reception at the Alto Rio do Tanque Park
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

Todos os avaliadores que atribuíam notas menores ou igual a três eram convidados a explicar o motivo de sua avaliação. Para isso, a equipe do parque entrou em contato pelo número informado na avaliação para saber dos visitantes o motivo das avaliações negativas. Em diversos casos foram reportados problemas nas estradas de acesso à comunidade de Serra dos Alves, como ausência de orientação por meio de placas, estradas com trechos havendo muitos buracos e excesso de poeira, além de outros problemas que fogem ao plano de trabalho alvo de atuação da parceria firmada com a administração pública. Queixas comumente recebidas juntamente com as notas baixas, incluem dificuldades em acessar outros atrativos naturais da região de Serra dos Alves, no entanto, em sua grande maioria, se trata de cachoeiras localizadas fora da área do PNM Alto Rio do Tanque.

Também de maneira escalonada, os avaliadores foram questionados sobre a possibilidade – em uma escala de 1 a 5 - de indicarem ou convidarem terceiros a conhecerem o parque. Com 96,25% do total dos participantes da avaliação, a nota 5, que evidencia a maior chance de os visitantes indicarem ou convidarem conhecidos para o parque, foi a resposta mais frequente (Figura 8).

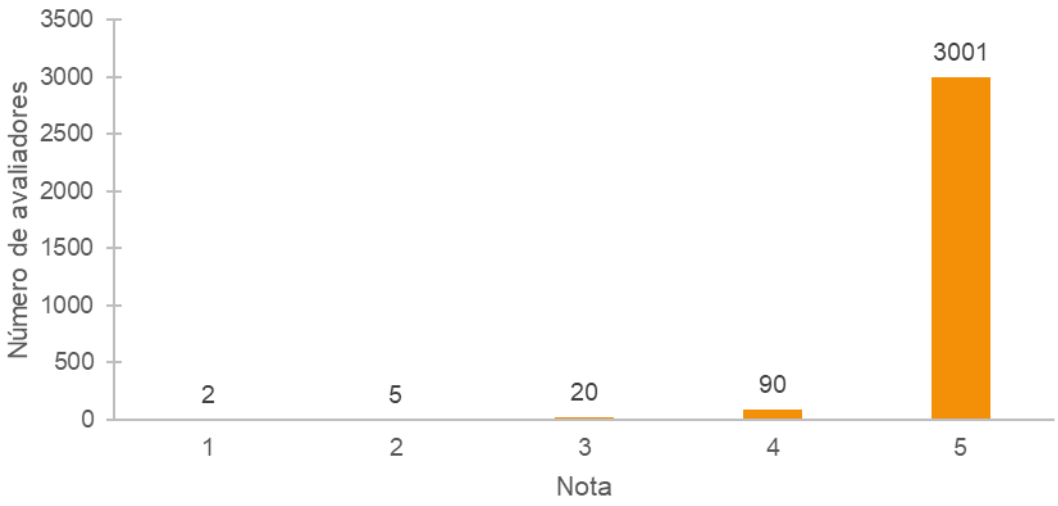


Figura 8: Possibilidade de indicar o PNM Alto Rio do Tanque.
Figure 8: Possibility of indicating the PNM Alto Rio do Tanque.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

Em avaliações com notas menores ou igual a três a equipe seguiu a mesma orientação da questão anterior, entrando em contato com os visitantes por meio do número de telefone. Algum avaliadores reportaram que não havia do que se queixar durante a visita e que marcaram uma nota baixa por engano ou de maneira equivocada. Foi observado em algumas avaliações que, mesmo com notas baixas, os visitantes deixaram comentários elogiando a equipe e a infraestrutura do parque, de modo que a nota não condiz com a experiência vivida na unidade de conservação.

Os visitantes foram perguntados a respeito do que mais gostaram no parque, estando disponível oito opções de escolha, além da opção “todos os atrativos”. Sempre que um avaliador marcou mais de uma opção, foi contabilizado como a opção de “todos os atrativos”, evitando assim múltiplas categorias. Dessa maneira, essa opção recebeu o maior número de votos, com 1.631 avaliadores (corresponde a 52,31%), seguida pela cachoeira Dois-córregos (Coca-Cola), com 27,90% dos participantes da avaliação. Os demais atrativos selecionados são apresentados na figura a seguir.

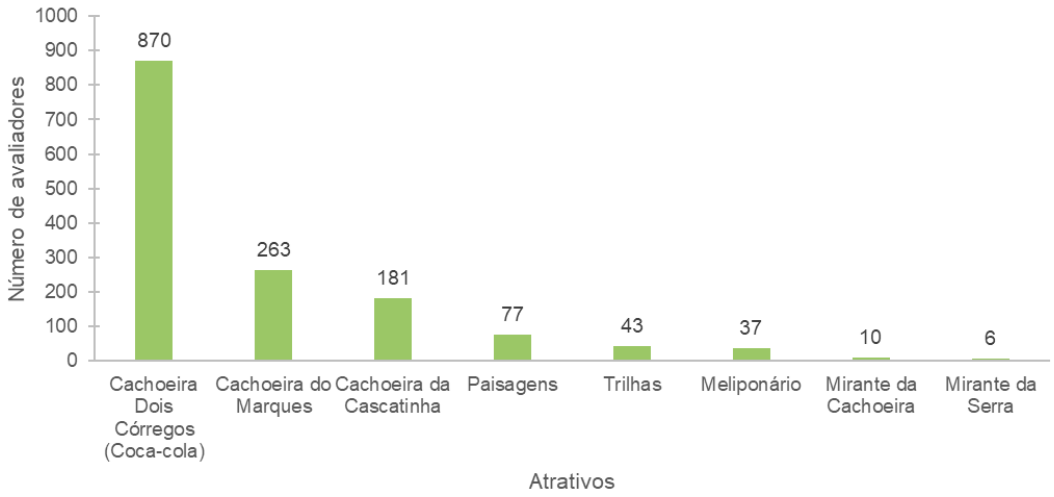


Figura 9: Atrativos mais apreciados pelos visitantes no PNM Alto Rio do Tanque.
Figure 9: Most popular attractions for visitors to the Alto Rio do Tanque Park.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

Cabe destacar que os dados são relevantes para definir o público do PNM Alto Rio do Tanque e para monitoramento da capacidade de carga, além de servir como subsídio para ações futuras. Além disso, destaca-se que, no Brasil, pouco mais de 50% dos parques contam com algum método de monitoramento de visitas, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Semeia, em 2023.

Moura, Oliveira e Soares (2024) mencionam que antes da parceria público-comunitária a área do parque era aberta para acesso a qualquer momento e sem o controle de público, porém, após o Instituto Bromélia assumir a gestão da UC, os visitantes começaram a ser orientados quanto a regras de acesso, permanência e atividades permitidas e proibidas no interior da UC, além de serem contabilizados para fins de monitoramento e planejamento.

Por fim, quando perguntados a respeito da gestão do parque, aproximadamente 58% dos participantes apontaram o Instituto Bromélia como o responsável pela unidade de conservação. Em seguida, a opção mais selecionada foi a que não tinha conhecimento a respeito do responsável pela gestão do parque (850 pessoas). A seguir, pode ser observada as demais respostas.

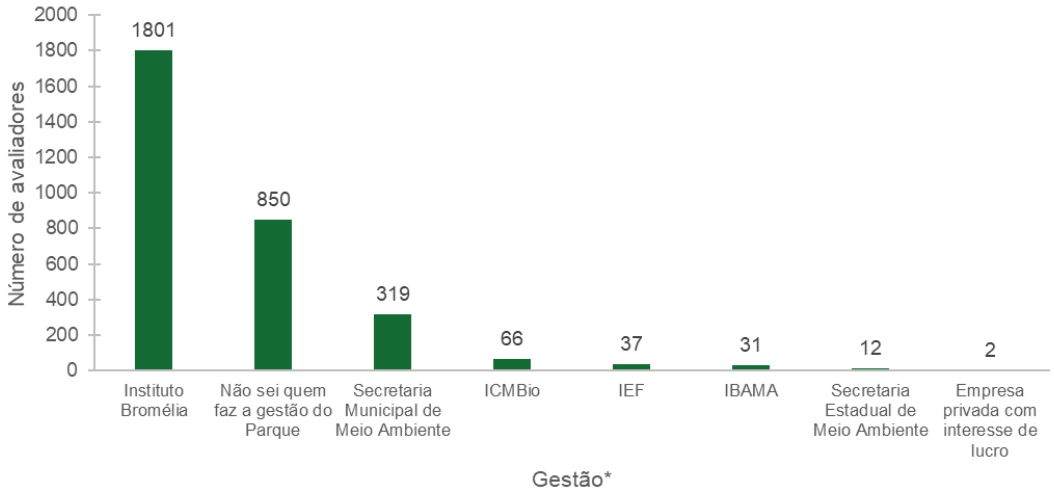


Figura 10: Gestor do PNM Alto Rio do Tanque na visão do visitante.
Figure 10: Manager of the Alto Rio do Tanque Park from the visitor's point of view.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).
Source: Elaborated by the authors (2025).

Embora a maioria reconheça o Instituto Bromélia como responsável pela visitação pública e demais atribuições no PNM Alto Rio do Tanque, uma parcela significativa demonstra o não conhecimento e outra atribuiu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Por outro lado, todos os visitantes tinham conhecimento que estavam em uma área protegida, uma vez que todos passam pelo Centro de Atendimento ao Turismo no início da visita.

Considerações finais

A experiência do Instituto Bromélia no PNM Alto Rio do Tanque demonstra o potencial das parcerias público-comunitárias de transformar a gestão de unidades de conservação.

A alta taxa de satisfação dos visitantes, aliada ao engajamento comunitário e ao aumento no número de visitas monitoradas, demonstra que é possível alinhar conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento local a partir de parcerias alternativas à concessão para a iniciativa privada. No entanto, os dados também apontam desafios, especialmente no que se refere à maior divulgação da gestão comunitária.

No que se refere ao monitoramento dos visitantes, observou-se que o acréscimo de algumas perguntas pode contribuir para um maior entendimento sobre os usuários e os usos dentro da UC. Desse modo, identificar se o indivíduo realiza a visita sozinho ou acompanhado (e por quem) é um dado relevante. Ainda sobre isso, faz-se mister conhecer quais atividades esses indivíduos realizam em sua visita (contemplação da natureza, caminhadas, observação de fauna, entre outros).

Além das questões que medem os níveis de satisfação dos visitantes construídas de modo escalonados, como as utilizadas em nossa pesquisa, uma avaliação de modo qualitativo, recorrendo as sugestões e comentários deixadas pelos visitantes pode ser uma ferramenta de destaque para aprimorar a experiencia dos usuários das áreas protegidas, em especial o PNM Alto Rio do Tanque.

Cabe destacar que as sugestões e comentários deixados por visitantes, quando considerados viáveis, foram avaliados e, sempre que possível, incorporados às ações da equipe gestora do PNM Alto Rio do Tanque. Entre elas se destacam as melhorias da sinalização dos atrativos da unidade de conservação, como a instalação de placas em locais de bifurcação nas trilhas – evitando que os visitantes se percam – e manutenções pontuais em locais específicos nas trilhas, como substituições ou melhoras em corrimões para dar mais segurança durante a caminhada ou em descidas de escadas.

Referências

BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. Panorama e potencial econômico das políticas públicas de turismo em unidades de conservação no Brasil. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 21, n. 2, p. 467-485, maio/ago. 2021.

BOTELHO, E. S.; RAIMUNDO, S. Aporte teórico-conceitual para a noção das parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 25-46, jun. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000.

BRUMATTI, P. N. M. O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 191-206, nov. 2013.

FERREIRA, D. L. G.; CORDEIRO, J.; CALAZANS, G. M. O turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e aspectos culturais da Serra dos Alves, Itabira (MG). **Research, Society and Development**, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2019.

FIGUEIRA, T. S.; GUERREIRO, Q. L. M.; SILVA, M. J. S.; MOREIRA, J. C.; SILVA, G. V. Perfil dos Visitantes na Floresta Nacional do Tapajós, Pará, Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 13, n. 2, p. 1-17, 2023.

GÂNDARA, A. M.; PAULA, A. C. G.; TAVEIRA, C. O.; GOMES, L. F. O.; MOURA, F. R.; TRINDADE, F. S. Prefeitura Municipal de Itabira**. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Alto Rio do Tanque**: Encarte I. Ecolabore Engenharia Ltda: Itabira, 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Instrução Normativa nº 5/2018/GABIN/ICMBIO, de 1º de junho**

de 2018. Estabelece diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em unidades de conservação federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jul. 2018.
INSTITUTO SEMEIA. **Visitômetro dos Parques do Brasil:** dados, desafios e boas práticas do monitoramento da visitação. S. l.: Semeia, 2025.
LIU, W.; VOGT, C. A.; LUO, J.; HE, G.; FRANK, K. A.; LIU, J. Drivers and Socioeconomic Impacts of Tourism Participation in Protected Areas. **Plos One,** v. 7, n. 4, e35420, 2012.
MOURA, F. R. Termo de Fomento como ferramenta para promoção da conservação: o Parque Natural Municipal do Alto Rio do Tanque e o Instituto Bromélia, Itabira, MG· SAPIS, 11; ELAPIS, 6, USP, São Paulo**. Anais...** São Paulo: USP, 2024.
MOURA, F. R.; OLIVEIRA, A. M.; SOARES, L. A. A parceria do Instituto Bromélia e Prefeitura Municipal de Itabira na gestão do Parque Natural Municipal do Alto Rio do Tanque: o Termo de Fomento no desenvolvimento ambiental e socioeconômico. SAPIS, 11; ELAPIS, 6, USP, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2024.
OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (OPAP). Carta Aberta – Parcerias em Áreas Protegidas: por uma gestão pública democrática e plural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 435-441, maio-jul. 2020.
PINTO, A. C. L.; MOURA, F. R. A comunidade da Serra Dos Alves e o Instituto Bromélia: Implementação de ações para conservação e sustentabilidade. **Revista Boletim Observatório da Diversidade Cultural**, v. 99, n. 1, p. 31-50, 2023.
SANCHO-PIVOTO, A.; RODRIGUES, C. G. O.; BOTELHO, E. S.; MARTINS FONSECA, V. O processo de concessão no Parque Estadual do Ibitipoca (MG): questões preliminares sobre controle social das parcerias para o turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo,** São Paulo, v. 15, n. 4, p. 730-748, ago.-out. 2022.
SETUR RS se reuniu com representantes do Parque Nacional de Aparados da Serra para debater preço dos ingressos. **A Folha**, Torres (RS), 19 set. 2024. Disponível em https://afolhatorres.com.br/setur-rs-se-reuniu-com-representantes-do-parque-nacional-de-aparados-da-serra-para-debater-preco-dos-ingressos/. Acesso em 12 jun. 2025.
SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2018:** Sumário Executivo. Brasília: ICMBio, 2019.
THAPA, K.; KING, D.; BANHALMI-ZAKAR, Z.; DIEDRICH, A. Nature-based tourism in protected areas: a systematic review of socio-economic benefits and costs to local people. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 29, n. 7, p. 625-640, 2022.
VALLEJOS, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2013.
VILA VELHA. **Compre seu ingresso.** Disponível em: https://parquevilavelha.com.br/compre-seu-ingresso/. Acesso em 12 jun. 2025.

WHITELAW, P. A.; KING, B. E.; TOLKACH, D. Protected areas, conservation and tourism – financing the sustainable dream**. Journal of Sustainable Tourism**, p. 584-603, 2014.

Agradecimentos

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Itabira (MG); à secretaria municipal de meio ambiente e proteção animal; à secretaria municipal de desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia, inovação e turismo; aos agentes de parque e de turismo do Instituto Bromélia pela coleta dos dados; ao Instituto Bromélia e o Parque Natural Municipal do Alto Rio do Tanque pelo uso dos dados e contribuição para a realização da pesquisa.